

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026		Data de Abertura: 17/06/2026 às 9:00h <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>	
Nº do Pregão no compras.gov.br: 90015/2026		UASG: 925316	Nº Proc. 55000.001077.2026-36
<b>Objeto:</b> Contratação de Instituição Financeira, com exclusividade, para prestação dos serviços de pagamento de salários, proventos e remunerações dos servidores ativos, bem como para pagamento dos fornecedores de bens, serviços e insumos da Universidade Estadual da Paraíba, abrangendo a centralização e o processamento de 100% (cem por cento) dos pagamentos realizados aos credores da instituição, além da movimentação de contas e aplicações financeiras, pelo período de 05 (cinco) anos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para movimentação de recursos em outras instituições, conforme condições estabelecidas para atender às necessidades da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.			
<b>Órgão:</b> UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB			
<b>Valor Estimado:</b> R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)			
<b>Modo de disputa:</b> ABERTO		<b>Critério de Aceitabilidade de Preços:</b> MAIOR OFERTA	
<b>Publicações:</b> O resumo deste Edital será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, no jornal A União, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site da UEPB ( <a href="http://www.uepb.edu.br">www.uepb.edu.br</a> ) e no portal da Central de Compras do Estado da Paraíba.			
<b>Informações:</b> O Edital e seus anexos estão disponíveis para download no site da UEPB ( <a href="http://www.uepb.edu.br">www.uepb.edu.br</a> ), no portal da Central de Compras do Estado da Paraíba, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).			
<b>DESTAQUES</b>			
<b>ATENÇÃO!</b>			
A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.			
No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL do item.			
O objeto do presente pregão será realizado por meio de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MAIOR OFERTA (operacionalizado como “MAIOR DESCONTO” por limitações sistêmicas, junto ao Portal Compras/gov), conforme justificativa apresentada junto ao item 18 do Termo de Referência e seus subitens, anexo deste Edital.			
Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.			

**EDITAL DE LICITAÇÃO – PE 90015/2026**

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MAIOR OFERTA PARA LOTE ÚNICO**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

PROCESSO Nº.: **55000.001077.2026-36**

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL **ATÉ ÀS 09h DO DIA 17/06/2026.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: **17/06/2026.**

HORA: **09h**

DATA DO PREGÃO: **17/06/2026.**

HORA: **09h**

LOCAL(sítio): **www.gov.br/compras/pt-br**

## **1. PREÂMBULO**

**A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação — CPL realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na sala de licitação, localizada na Av. Dr. Francisco Pinto, nº 734, 1º. Andar, Bairro Universitário, Campina Grande - PB, torna pública a licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, modo de disputa **ABERTO** com critério de julgamento **MAIOR OFERTA PARA O LOTE ÚNICO**. O procedimento licitatório será regido nos termos da Lei Nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, , Decreto Estadual nº 43.975/2023, Decreto Estadual nº 42.967/2022 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **2 - DO OBJETO**

**2.1- CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, COM EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES ATIVOS, BEM COMO PARA PAGAMENTO DOS FORNECEDORES DE BENS, SERVIÇOS E INSUMOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, ABRANGENDO A CENTRALIZAÇÃO E O PROCESSAMENTO DE 100% (CEM POR CENTO) DOS PAGAMENTOS REALIZADOS AOS CREDORES DA INSTITUIÇÃO, ALÉM DA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, EXCETUANDO-SE OS CASOS EM QUE HAJA PREVISÃO LEGAL, CONTRATUAL OU JUDICIAL PARA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB.**



2.2- A licitação será realizada em único lote conforme tabela abaixo:

LOTE 1				
ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR GLOBAL ESTIMADO
1	Und	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, COM EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES ATIVOS, BEM COMO PARA PAGAMENTO DOS FORNECEDORES DE BENS, SERVIÇOS E INSUMOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, ABRANGENDO A CENTRALIZAÇÃO E O PROCESSAMENTO DE 100% (CEM POR CENTO) DOS PAGAMENTOS REALIZADOS AOS CREDORES DA INSTITUIÇÃO, ALÉM DA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, EXCETUANDO-SE OS CASOS EM QUE HAJA PREVISÃO LEGAL, CONTRATUAL OU JUDICIAL PARA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB.	01	R\$3.000.000,00
Valor global estimado R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)				

2.3- O critério de julgamento adotado será o MAIOR OFERTA PARA LOTE ÚNICO, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto;

2.4- Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Edital e a descrição publicada no sistema eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), prevalecerão as constantes deste Edital, publicado no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br);

2.5- As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes deste Pregão Eletrônico e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato;

2.6- O prazo de vigência da Contratação será de 5 (cinco) anos, sem prorrogação, e se iniciará:

2.6.1- Em até 90 (noventa) dias da assinatura do Contrato, coincidindo com o término do prazo máximo estabelecido para o período de Transição/Preparativo (item 2.7).

2.7 - A Transição/Preparativo para a implantação do Sistema de Pagamentos da UEPB se iniciará na data da assinatura do Contrato e terá a duração máxima de 90 (noventa) dias corridos. Esta fase de Transição/Preparativo é anterior e distinta do prazo de vigência contratual, disposto

no item 2.6.

**2.8** - Dada a complexidade, abrangência e sensibilidade dos serviços contratados — que envolvem o cumprimento de obrigações legais, orçamentárias e operacionais da Universidade —, é imprescindível garantir estabilidade e previsibilidade na relação contratual. Trata-se de uma atividade ininterrupta, essencial à manutenção das funções administrativas e acadêmicas da instituição, com impacto direto sobre a continuidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Além disso, a definição de vigência quinquenal contribui para a amortização de eventuais investimentos pela contratada, notadamente no que diz respeito à infraestrutura tecnológica e operacional necessária para a operacionalização dos serviços bancários, o que reforça a economicidade da medida.

### **3. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**3.1-** O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela Internet, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br);

**3.2-** O referido sistema eletrônico utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

**4.1-** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras));

**4.1.1-** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.1.2-** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

**4.1.3-** Não será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa constante do procedimento administrativo.

**4.1.4-** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**4.2-** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

**4.3-** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

**4.4-** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

**4.5-** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**4.5.1-** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**4.6-** Não poderão disputar esta licitação:

**4.6.1-** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.6.2-** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.6.3-** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável

técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.6.4-** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, especialmente a inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFILPB, conforme a Lei nº 9.697/2012;

**4.6.5-** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.6.6-** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.6.7-** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.6.8-** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.6.9-** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.6.10-** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.7-** O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**4.8-** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

**4.9-** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**4.10-** O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;



**4.11-** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**4.12-** A vedação de que trata o item 4.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1-** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

**5.2-** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

**5.3-** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 9.1.1 deste Edital;

**5.4-** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.4.1-** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.4.2-** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.4.3-** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.4.4-** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.5-** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.6-** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

**5.6.1-** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.6.2-** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.7-** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

**5.8-** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

**5.9-** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

**5.10-** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

**5.11-** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.11.1-** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**5.11.2-** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.



**5.12-** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.12.1-** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

**5.12.2-** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.13-** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

**5.14-** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

**5.15-** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**6.1-** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### 6.1.1- MAIOR DESCONTO

**6.1.1.1-** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.2-** O critério de julgamento da presente licitação será o de MAIOR OFERTA, correspondente ao maior valor de contrapartida a ser pago pela instituição financeira à Administração, nos termos deste Edital.

**6.2.1-** Considerando que o sistema eletrônico *Compras.gov* não dispõe de funcionalidade específica para operacionalização do critério “maior oferta”, a disputa será realizada mediante a utilização da funcionalidade “MAIOR DESCONTO”, adotada exclusivamente como ferramenta operacional para viabilizar a etapa de lances.

**6.2.2-** O percentual de “desconto” informado pelos licitantes no sistema eletrônico não representa redução de valores, constituindo, na prática, um **acréscimo sobre o valor mínimo estabelecido**, sendo utilizado apenas como parâmetro de classificação automática no sistema.

**6.3-** Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais.

**6.5-** O percentual de “desconto” ofertado será convertido no valor da contrapartida, conforme a fórmula a seguir:

$$C = 3.000.000,00 \times (1+P/100)$$

**Onde:**

**C** = valor total da contrapartida (global – 5 anos);

**P** = percentual informado pelo licitante no sistema;

**3.000.000,00** = valor de referência.

**6.5.1-** A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame a tabela a seguir retrata qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático (exemplificativo) de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante:

Percentual informado no sistema (“desconto”)	Valor do percentual convertido em R\$	Valor global da contrapartida – 5 anos (R\$)	Interpretação
0,01%	300,00	3.000.300,00	Oferta mínima
0,10%	3.000,00	3.003.000,00	Oferta
1,00%	30.000,00	3.030.000,00	Oferta
2,00%	60.000,00	3.060.000,00	Maior oferta

**6.5.2-** O percentual mínimo de lance a ser incluído junto a plataforma do sistema eletrônico *Compras.gov* deverá ser de 0,01% (um centésimo de por cento).

**6.5.3-** O valor efetivo da proposta corresponderá ao montante global da contrapartida, a ser pago em parcela única pela instituição financeira vencedora, sendo este o valor considerado para fins de julgamento, adjudicação e contratação.

**6.5.4-** Em caso de divergência entre os valores apresentados no sistema eletrônico e aqueles apurados conforme a metodologia estabelecida neste Edital, prevalecerá o valor da contrapartida calculado nos termos da fórmula constante deste instrumento convocatório, sendo este o valor considerado para fins de julgamento, adjudicação, homologação e contratação.

**6.5.5-** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo de por cento).

**6.6-** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

**6.7-** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

**6.8-** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

**6.9-** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**6.10-** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional;

**6.11-** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

**6.12 -** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

**6.13-** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, bem como valor global estimado estabelecido no item 2.2 deste Edital;

**6.14-** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6.15-** Após a fase de lances, quando solicitado pelo pregoeiro, o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado;

**6.16-** As especificações dos itens do Termo de Referência deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as deste Edital.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1-** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

**7.2-** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até o horário da abertura das propostas;**

**7.3-** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;

**7.4-** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

**7.5-** Tendo em vista as configurações operacionais do sistema *Compras.gov.br*, a proposta deverá ser cadastrada sob a modalidade "Maior Desconto", selecionando-se o tipo "Global".

**7.5.1.** Para fins de registro no sistema, o valor de referência será o lance mínimo estipulado neste Edital (**R\$ 3.000.000,00**). O licitante deverá inserir o seu lance em **percentual (%)**, o qual será interpretado pelo sistema e pela Administração como a **Maior Oferta** de preço para a concessão do objeto.

**7.5.2.** Em caso de divergência entre a nomenclatura do sistema e as regras deste Edital, prevalecerá o critério de **MAIOR OFERTA**, sendo desclassificada a proposta que não atingir o valor mínimo estipulado.

**7.6-** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

**7.7-** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**7.8-** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

**7.9-** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

**7.9.1-** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

**7.9.2-** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

**7.9.3-** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

**7.9.4-** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo

lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

**7.9.5-** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.10-** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;

**7.11-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**7.12-** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

**7.13-** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

**7.14-** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

**7.15-** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

**7.16-** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.16.1-** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

**7.16.2-** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

**7.16.3-** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;



**7.16.4-** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**7.17-** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.17.1-** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.17.1.1-** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.17.1.2-** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.17.1.3-** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.17.1.4-** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.17.2-** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.17.2.1-** Empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

**7.17.2.2-** Empresas brasileiras;

**7.17.2.3-** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.17.2.4-** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.18-** Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios previstos no art. 21, III, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, nas seguintes hipóteses:

**7.18.1-** quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

**7.18.2-** em razão da forma e do local de acondicionamento;

**7.18.3-** quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;



**7.18.4-** por outros motivos justificados no processo.

**7.19-** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1-** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.** SICAF;

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**8.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

**8.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**8.1.5.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO));

**8.1.6.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).

**8.2-** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sóciomajoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

**8.3-** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

**8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimentos similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

**8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

**8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

**8.4-** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital;

**8.4.1-** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada para microempresa e empresa de pequeno porte, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, nos termos do §2º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538 de 2015;

**8.5-** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

**8.6-** Só será admitida a oferta que atenda requisitos listados no item 9.3 (Critérios de Sustentabilidade e Responsabilidade Social) do Termo de Referência:

**8.7-** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.7.1.** conter vícios insanáveis;

**8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8-** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**8.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.9-** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.10-** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.11-** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34 (Instrução Normativa - SEAD Nº 005 DE 08/11/230), à compatibilidade do preço ou maior oferta final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

**8.11.1.** Desde que previsto no edital, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico;

**8.11.2.** O edital de licitação deverá estabelecer prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

**8.11.3.** A prorrogação de que trata o item 8.11.2, poderá ocorrer nas seguintes situações:

**8.11.3.1.** por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

**8.11.3.2.** de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**9.1-** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº14.133, de 2021;

**9.1.1-** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.

**9.2-** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

**9.3-** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital;

**9.4-** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021;

**9.5-** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

**9.6-** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**9.7-** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**9.8-** A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.

**9.8.1-** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

**9.9-** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput);

**9.9.1-** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**9.10-** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.10.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 48 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**9.10.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

**9.11-** A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**9.11.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

**9.11.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.12-** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023, art. 39, §4º):

**9.12.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.12.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.13-** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

**9.14-** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1;

**9.15-** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;



**9.16-** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015);

**9.17-** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**9.18- Relativos à Habilitação Jurídica:**

a. Documento de comprovação de existência jurídica: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo eventual da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

b. Autorização para funcionamento expedida pelo BACEN – Banco Central do Brasil.

**9.19- Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

h. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



## 9.20- Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b. A comprovação de boa situação financeira da empresa será avaliada através do índice de que mede a solvência dos bancos, de acordo com as normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, denominado Índice de Basileia, devendo ser comprovado o índice mínimo de 11%, de acordo com a seguinte fórmula, preferencialmente, com memória de cálculo apresentada pelo licitante:

$$IB = PR \times 100 / (PRE / \text{fator } F)$$

Onde:

IB = Índice de Basileia ou Índice de Adequação de Capital;

PR = Patrimônio de Referência;

PRE = Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,11

b.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor ou outro meio previsto.

c. Comprovação de que o participante do certame não está submetido a processo, intervenção, liquidação ou suspensão pelo Banco Central do Brasil ou por outros órgãos públicos de fiscalização.

## 9.21- Relativos à Qualificação Técnica:

9.21.1. Conforme previsão expressa no Termo de Referência deverá o licitante comprovar o seguinte:

a. Aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a.1.1. As empresas participantes deverão apresentar atestados de serviços prestados, seja no âmbito público ou privado, que represente o quantitativo mínimo de 30% do item correspondente em que for disputar.

a.2. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 30% dos quantitativos licitados.

a.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

a.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

b. Conforme previsão expressa no decorrer do item 8 do Termo de Referência, o licitante deverá apresentar as documentações necessárias.

**9.22- Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

### **9.23- Documentos Complementares:**

a. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, conforme modelo anexo a este edital;

b. DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS, conforme modelo anexo a este edital;

c. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, conforme modelo anexo a este edital;

d. DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme modelo anexo a este edital;

e. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, conforme modelo anexo a este edital;

f. DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme modelo anexo a este edital.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1-** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.2-** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata;

**10.3-** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**10.3.1-** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.3.2-** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**10.3.3-** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**10.3.4-** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;

**10.4-** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

**10.5-** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

**10.6-** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7-** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

**10.8-** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

**10.9-** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

**10.10-** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://uepb.edu.br/proad/pregao-eletronico/>.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1-** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

**11.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

**11.1.2.1** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**11.1.2.2** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;

**11.1.2.3** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**11.1.2.4** Deixar de apresentar amostra;

**11.1.2.5** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**11.1.3** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.4** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.5** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**11.1.6** Fraudar a licitação;

**11.1.7** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.7.1** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**11.1.7.2** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.1.7.3** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.1.7.4** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.1.7.5** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

**11.2-** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**11.2.1** Advertência;

**11.2.2** Multa;

**11.2.3** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;

**11.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3-** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**11.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**11.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**11.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4-** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**11.4.3.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**11.5-** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

**11.6-** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**11.7-** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**11.8-** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;

**11.9-** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023;

**11.10-** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**11.11-** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

**11.12-** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de



declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

**11.13-** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

**11.14-** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados;

**11.15-** A aplicação das sanções de que tratam os itens 11.7. e 11.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.

## **12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**12.1-** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame;

**12.2-** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

**12.3-** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitação@setor.uepb.edu.br](mailto:licitação@setor.uepb.edu.br);

**12.4-** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

**12.4.1-** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**12.5-** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1-** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

**13.2-** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DO CONTRATO**

**14.1-** Encerrado o procedimento licitatório, o processo será encaminhado a(o) Setor de Contratos da Pró Reitoria de Administração da Universidade Estadual da Paraíba, para a elaboração do respectivo Termo de Contrato, cujo adjudicatário será convocado para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital, e de conformidade com a proposta aceita, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

**14.1.1-** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração;

**14.1.2-** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de (02) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**14.2-** Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a contratante verificará as condições de habilitação e qualificação da contratada, bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, devendo a comprovação da manutenção ser anexada ao processo;

**14.3-** Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

**14.4-** O prazo de vigência da Contratação será disposto conforme item 2.6 do presente documento.

## **15. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**15.1-** Os preços contratados são fixos e irrevogáveis.

## **16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1-** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

## **17. DAS FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO NOS SERVIÇOS**

**17.1-** Todas as especificações de formas, condições e prazos de pagamento para os serviços contratados, estão previstos e dispostos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1-** O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

**18.2-** A comissão de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

**18.3-** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 19.1 e 19.2, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

**18.4-** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;

**18.5-** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

**18.6-** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

**18.7-** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

**18.8-** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

**18.9-** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

**18.10-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

**18.11-** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

**18.12-** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital;

**18.13-** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da UEPB;

**18.14-** O resultado desta licitação será divulgado no sítio eletrônico:  
<https://uepb.edu.br/proad/pregao-eletronico/>;

**18.15-** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:


**18.15.1 ANEXO I - Modelo de Proposta**

**18.15.2 ANEXO II – Modelo de Declarações**


**18.15.3 ANEXO III – Termo de Referência**

**18.15.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato**

Campina Grande - PB, 25 de Maio de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **ISABELLE SILVEIRA ARRUDA**  
Data: 25/05/2026 10:20:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Isabelle Silveira Arruda**  
Mat. 105.484-4  
Responsável pela elaboração do Edital

Documento assinado digitalmente  
 **IVAN BARBOSA DOS SANTOS**  
Data: 25/05/2026 10:48:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Ivan Barbosa dos Santos**  
Mat. 101.845-4  
Pró-Reitor Adjunto de Gestão Administrativa

## ANEXO I

## MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

(em papel timbrado da licitante)

À Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

A Empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ: \_\_\_\_\_, vem por meio da desta, ofertar Proposta de Preço  
para contratação de \_\_\_\_\_.

1- OBJETO DA CONTRATAÇÃO: \_\_\_\_\_

<b>Razão Social:</b>		
<b>CNPJ:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>Cidade:</b>	<b>Estado:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Contato:</b>	<b>E-mail:</b>	
<b>Nome do Representante Legal:</b>		
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>	

Item	Especificação	Quantidade Ofertada	Percentual ofertado no sistema (%) <i>Compras.gov</i>	Valor Global da Contrapartida * (R\$)
1	Contratação de Instituição Financeira, com exclusividade, para prestação dos serviços de pagamento de salários, proventos e remunerações dos servidores ativos, bem como para pagamento dos fornecedores de bens, serviços e insumos da Universidade Estadual da Paraíba, abrangendo a centralização e o processamento de 100% (cem por cento) dos pagamentos realizados aos credores da instituição, além da movimentação de contas e aplicações financeiras, pelo período de 05 (cinco) anos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para movimentação de recursos em outras instituições, conforme condições estabelecidas para atender às necessidades da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	01		

VALOR GLOBAL DA CONTRAPARTIDA (Por extenso): \_\_\_\_\_

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

\* O valor da contrapartida será apurado conforme a seguinte fórmula:  $C = 3.000.000,00 \times (1+P/100)$ 

Onde: C = valor global da contrapartida

P = percentual ofertado

3.000.000,00 = valor de referência

**OBS:** O valor da contrapartida corresponde ao montante global referente ao período de 5 (cinco) anos de execução contratual, sendo este o valor a ser pago em parcela única pela instituição financeira vencedora e o valor que constará no contrato.

Local e data.

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE:

**ANEXO II – MODELO DAS DECLARAÇÕES**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO  
AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(papel timbrado da empresa)

DECLARO(AMOS), para os devidos fins, que tomei(amos) conhecimento de todas as informações constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90015/2026/UEPB/CPL**.

Declaro(amos), ainda que atendemos a todas as exigências habilitatórias e que detenho(emos) capacidade técnico operacional (instalações, aparelhamento e pessoal) para fornecimento do(s) objeto(s) para o(s) qual(is) apresentamos proposta.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

---

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

- Nome ou razão social
- CPF/CNPJ
- Endereço, telefone e Fax
- Nome e identificação do representante legal.





## DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

### DECLARAÇÃO

(papel timbrado da empresa)

....., inscrito no CNPJ Nº ....., por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) ....., portador (a) de carteira de identidade Nº ..... do CPF Nº.....DECLARA, que não tem contra si fatos impeditivos para sua habilitação ou que desabonem sua conduta, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências neste sentido, sob as penas da lei.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal



**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII  
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**D E C L A R A Ç Ã O**

(papel timbrado da empresa)

**Ref. (Identificação do licitante)**

....., inscrito(a) no CNPJ Nº ....., por  
intermédio do seu representante legal, o(a)  
Sr.(a)....., portador(a) da carteira de  
Identidade Nº. ....DECLARA, para fins do dispositivo no inciso V do art.  
27 da Lei Nº 9.854/1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,  
perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor  
aprendiz.

Local e Data,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal



**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(papel timbrado da empresa)

**D E C L A R A Ç Ã O**

.....inscrita no CNPJ Nº .....

Por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) .....

Portador(a) da Carteira de identidade Nº..... e CPF .....

DECLARA, para os devidos fins legais ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação vigente.

Local e Data,

---

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

## DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

(papel timbrado da empresa)

### DECLARAÇÃO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ N° \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, CEP, Bairro, Cidade, por intermédio de seu representante legal, (Nome/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da lei N° 8.124/2006 (alterada pela lei N° 10.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE OS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Local e Data,

---

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

(papel timbrado da empresa)

**D E C L A R A Ç Ã O**

A empresa (Razão Social da Licitante), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no art. 116 da Lei Federal n.º 14.133/21, que durante a execução do contrato, cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Local e Data,

---

Assinatura do Diretor ou Representante Legal





**ANEXO III – TR**



**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE REFERÊNCIA****Processo 55000.001077.2026-36****1 - OBJETO**

Contratação de Instituição Financeira, com exclusividade, para prestação dos serviços de pagamento de salários, proventos e remunerações dos servidores ativos, bem como para pagamento dos fornecedores de bens, serviços e insumos da Universidade Estadual da Paraíba, abrangendo a centralização e o processamento de 100% (cem por cento) dos pagamentos realizados aos credores da instituição, além da movimentação de contas e aplicações financeiras, pelo período de 05 (cinco) anos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para movimentação de recursos em outras instituições, conforme condições estabelecidas para atender às necessidades da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

1.1 Este objeto será realizado por meio de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MAIOR OFERTA** (operacionalizado como “MAIOR DESCONTO” por limitações sistêmicas, junto ao Portal Compras/gov), conforme justificativa apresentada junto ao item 18 deste Termo de Referência e seus subitens.

**2 - JUSTIFICATIVA**

A prestação dos serviços bancários pretendida envolve uma cadeia integrada e contínua de operações financeiras, como o pagamento de salários, diárias, bolsas a discentes, suprimentos de fundos, fornecedores e demais obrigações da instituição. Tais operações demandam elevado grau de sincronização e controle, especialmente no que se refere à movimentação de recursos e à conciliação com o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF e o Sistema da Folha de Pagamento, utilizados pela Universidade.

A contratação de uma única instituição financeira assegura a centralização operacional e tecnológica, fator essencial para garantir a eficiência administrativa, a conformidade contábil, a segurança da informação e a mitigação de riscos operacionais e fiscais. A fragmentação desses serviços entre diferentes instituições comprometeria a integração com os sistemas oficiais.

Destaca-se que o acórdão 1.940/2015 do Tribunal de Contas da União, em seu item 9.3.1.2., orienta que “havendo interesse, a Administração Pública Federal pode promover o prévio procedimento licitatório para contratação da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, devendo franquear a participação no certame de instituições financeiras públicas e privadas, em cumprimento aos princípios da legalidade, da isonomia, da moralidade da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e dos outros princípios estampados no artigo 5º da Lei 14.133/2021”.

**3 - ESPECIFICAÇÕES**

3.1 Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, regras e padrões oriundos dos competentes órgãos de controle e fiscalização, bem como às normas alusivas às instituições financeiras, ao disposto na Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a tudo o mais descrito neste Termo de Referência.

3.2 A Instituição Bancária contratada deve assegurar, sem quaisquer ônus aos beneficiários, a faculdade de transferência dos créditos, mediante manifestação formal dos interessados, para a conta de depósito de sua titularidade, aberta em outras instituições financeiras, de livre escolha, garantindo, também, a disponibilidade dos créditos aos titulares, no mesmo dia do calendário de pagamentos estabelecido pela Universidade Estadual da Paraíba, nos moldes estabelecidos na legislação aplicada pelo Banco Central do Brasil, ou seja, será assegurado aos beneficiários o direito de transferir os valores depositados em contas salários para outra Instituição Bancária da qual os mesmos sejam titulares, sem custos.

3.3 Não haverá instalação de postos bancários nas dependências da UEPB. No entanto, a Contratada poderá dispor em caráter facultativo a infraestrutura mínima estimada para a regular prestação dos serviços bancários, conforme disposto em Tabela específica, junto ao item 6.2.6, do presente Termo; e/ou disponibilizar infraestrutura digital (internet banking, aplicativos e plataformas online), de forma a garantir a acessibilidade aos serviços bancários para toda a comunidade acadêmica.

#### **4 - CONDIÇÕES PRELIMINARES**

4.1 A instituição bancária deverá comprovar que detém atividade pertinente e compatível com o objeto contratado;

4.2 É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio ou agrupamento de pessoas físicas ou jurídicas, qualquer que seja sua forma de constituição.

#### **5 - CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

5.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **6 - FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

6.1 O regime de execução é o de empreitada por PREÇO GLOBAL;

6.2 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.2.1 Os serviços de que trata este Termo serão prestados de forma contínua, durante o prazo de vigência contratual, devendo a instituição financeira contratada observar rigorosamente as previsões contidas nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e demais normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de pessoal.

6.2.2 A instituição financeira contratada não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos da Universidade Estadual da Paraíba, pela prestação dos serviços à UEPB e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de emissão de extratos diários, informação de saldos a qualquer momento e por qualquer meio e fornecimento de relatórios, não precisando, a qualquer tempo, repassar qualquer valor a instituição financeira contratada, exceto, as situações excepcionais e não previstas na relação contratual, determinadas pela Administração Superior da UEPB e acordadas entre as partes.

6.2.3 A UEPB e a Instituição Financeira deverão comprometer-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para fiel

cumprimento das obrigações, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento, inclusive, a Contratada deverá ajustar-se ao Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAF/PB e ao Sistema da Folha de Pagamento, gerenciados pela CODATA.

6.2.4 As regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços serão objeto de ajustes entre as partes, inclusive quanto ao prazo para sua realização.

6.2.5 Os sistemas porventura necessários deverão ser acessados por meio de linha dedicada, Internet ou Extranet. Além disso, os computadores e usuários envolvidos deverão ter suas identidades verificadas por meio de certificados digitais e as informações em trânsito deverão ser criptografadas.

6.2.6 O banco a ser contratado deverá proceder, sem ônus para o Contratante, todas as adaptações e integrações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento dos Sistemas de Pagamentos de Pessoal da Contratante, Financeiro, Orçamentário, Tributário e de Pessoal, disponibilizados pela CODATA ou por outra Pessoa Jurídica indicada pelo Governo do Estado.

Na tabela abaixo, consta a estimativa da infraestrutura para a regular prestação dos serviços bancários, infraestrutura esta, de caráter facultativo:

Nº Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Justificativa
1	Agências bancárias físicas e/ou Postos de Atendimento Bancários (PABs) em municípios com maior densidade de servidores e operações.	Unidade	06	Necessidade de manutenção de agências físicas em: Campina Grande (2), Guarabira (1), João Pessoa (2) e Patos (1), conforme perfil de consumo e fluxo atual de operações financeiras.
2	Postos de atendimento eletrônico (PAEs) e/ou correspondentes bancários em cidades com menor fluxo de servidores e operações.	Unidade	05	Atendimento essencial nos municípios de Lagoa Seca (1), Catolé do Rocha (1), Araruna (1), Monteiro (1) e Sousa (1), garantindo acessibilidade à comunidade acadêmica e administrativa local.

### 6.3 DA FLEXIBILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA

6.3.1 A infraestrutura física descrita na tabela do item 6.2.6 possui **caráter meramente estimativo, referencial e facultativo** refletindo o caráter histórico de atendimento. Fica expressamente autorizada a substituição integral das unidades físicas (Agências, PABs e PAEs e correspondentes bancários) ali listadas por canais de atendimento digital, desde que a prestação dos serviços bancários seja assegurada por soluções tecnológicas eficientes, sem prejuízo ao usuário.

6.3.2 O atendimento à comunidade acadêmica (servidores ativos, inativos e discentes), fornecedores e demais usuários poderá ser realizado de forma remota, por meio de plataformas digitais, desde que tal modalidade não acarrete qualquer prejuízo, ônus financeiro adicional ou dificuldade de acesso aos serviços bancários por parte da CONTRATANTE e de seus beneficiários.

6.3.3 Optando pela substituição da estrutura física por canais digitais, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente assegurar:

I – Plena Operabilidade: Disponibilidade de canais de atendimento digital (Internet Banking,



Aplicativos Móveis, Chat ou Central Telefônica) com funcionalidades completas para movimentação de contas, pagamentos, transferências, consultas e demais transações previstas no objeto desta licitação.

II – Suporte Eficaz: Manutenção de suporte técnico e gerencial ágil para a resolução de problemas e dúvidas, garantindo a tempestividade das operações financeiras e a acessibilidade aos usuários menos familiarizados com ferramentas digitais.

#### 6.4 TRATAMENTO PREFERENCIAL

6.4.1 Os servidores da Universidade Estadual da Paraíba serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada a contratação em tela.

6.4.2 Ainda enquanto clientes preferenciais, os servidores da UEPB, farão jus no período de credenciamento, à atendimentos previamente agendados, disponibilizados pela Contratada de forma presencial e/ou através de atendimento on-line.

### 7 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) necessita realizar a contratação de uma instituição financeira, com exclusividade, para prestação de serviços bancários, visando garantir a continuidade e a segurança das operações financeiras da instituição. Esta contratação se faz imprescindível para atender às demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão da folha de pagamento, para prestação dos serviços de pagamento de salários, proventos e remunerações dos servidores ativos, bem como para pagamento dos fornecedores de bens, serviços e insumos da Universidade Estadual da Paraíba, abrangendo a centralização e o processamento de 100% (cem por cento) dos pagamentos realizados aos credores da instituição, além da movimentação de contas e aplicações financeiras.

A necessidade desta contratação decorre do encerramento da vigência do Contrato nº 0001/2021, firmado com o Banco Santander Brasil S/A, que atualmente presta tais serviços à instituição, cujo término está previsto para o dia 10/02/2026. Assim, para garantir a continuidade das atividades financeiras essenciais, bem como para possibilitar a captação de recursos, a contratação de nova instituição financeira é imprescindível.

A ausência dessa contratação comprometeria diretamente a execução das operações financeiras da Universidade, ocasionando prejuízos significativos, como atrasos no pagamento de salários, fornecedores e compromissos institucionais, impactando de forma negativa a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas da UEPB. Ademais, é fundamental que o serviço a ser contratado esteja plenamente integrado ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF, assegurando, assim, a eficiência e segurança na operacionalização dos processos financeiros da Universidade.

Desse modo, a contratação tem como objetivo assegurar uma gestão financeira moderna, eficiente e segura, com redução de custos operacionais, mitigação de riscos de erros ou fraudes, e plena conformidade com as normas dos órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional. A instituição financeira contratada deverá oferecer infraestrutura adequada, incluindo posto de atendimento nos oito campi da Universidade, onde a UEPB mantém atividades e/ou infraestrutura digital (internet banking, aplicativos e plataformas online), de forma a garantir a acessibilidade aos serviços bancários para toda a comunidade acadêmica.

Portanto, a presente contratação não se trata apenas de uma necessidade administrativa, mas de uma ação estratégica para assegurar a continuidade dos serviços públicos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela UEPB, preservando o interesse público e o pleno funcionamento da instituição

## **8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução adotada consiste na contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, por meio de processo licitatório na modalidade pregão (“maior oferta”, operacionalizado como “maior desconto” por limitações sistêmicas, junto ao Portal Compras/gov), para prestar, de forma contínua, os serviços de gerenciamento bancário da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A solução inclui a prestação dos serviços de pagamento de salários, proventos e remunerações dos servidores ativos, bem como para pagamento dos fornecedores de bens, serviços e insumos da UEPB, abrangendo a centralização e o processamento de 100% (cem por cento) dos pagamentos realizados aos credores da instituição, além da movimentação de contas e aplicações financeiras, pelo período de 05 (cinco) anos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para movimentação de recursos em outras instituições, conforme condições estabelecidas para atender às necessidades da Universidade Estadual da Paraíba.

O serviço deverá ser prestado com infraestrutura física conforme estimado na tabela do ANEXO A e/ou infraestrutura digital (internet banking, aplicativos e plataformas online), garantindo segurança, disponibilidade e integração com o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF, bem como com o Sistema da Folha de Pagamento.

A contratada deverá fornecer assistência técnica permanente, suporte operacional, treinamento aos usuários e atualização dos sistemas sem custos adicionais, além de garantir isenção de tarifas bancárias para os serviços essenciais à UEPB e seus servidores.

### **8.1 JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA**

A opção pela licitação pública na modalidade pregão, mostrou-se mais vantajosa, pois assegura maior retorno econômico, competitividade, eficiência, transparência, menor risco jurídico e aderência às melhores práticas administrativas, quando comparada à contratação direta. Além disso, permite à UEPB manter a continuidade dos serviços com alta qualidade, segurança da informação e atendimento adequado às demandas institucionais.

## **9 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para atender adequadamente à demanda da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a contratação da instituição financeira deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

### **9.1. REQUISITOS LEGAIS E TÉCNICOS**

9.1.1. A contratação deverá estar em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando os princípios da legalidade, da eficiência, da transparência, da publicidade e da segurança jurídica em todas as etapas do processo licitatório e contratual.

9.1.2. Os sistemas da instituição bancária devem ser robustos, seguros e de alta disponibilidade, garantindo a proteção dos dados sensíveis e a segurança nas transações financeiras, em conformidade com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

9.1.3. A instituição deverá possuir capacidade operacional robusta para gerenciar um grande

volume de transações simultâneas, incluindo: Processamento da folha de pagamento dos servidores; Processamento de pagamentos a fornecedores, bolsistas e demais beneficiários; Gestão de contas vinculadas a projetos de pesquisa, extensão, suprimento de fundos, e outras obrigações da UEPB.

9.1.4. O licitante deverá atender às exigências previstas na legislação em vigor, além de cumprir os seguintes requisitos:

- a) Estar autorizado a funcionar, pelo Banco Central do Brasil;
- b) Possuir solidez financeira e patrimonial comprovada mediante a apresentação do último balanço e demonstrações financeiras exigidas pela legislação de regência, dos quais se possam extrair índices que comprovem a sua adequada situação financeira, no caso o Índice de Basileia, utilizado para medir a solvência bancária, de acordo com as normas do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional e legislação vigente.

9.1.5. Os servidores da UEPB serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada a contratação em tela, sujeita às regras sobre tarifas bancárias estabelecidas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.919 de 25/11/2010; respeitando, em qualquer hipótese, o direito à Portabilidade.

9.1.6. Considerando a atuação da UEPB, não somente na cidade de Campina Grande, mas também nos municípios de Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Araruna, Patos e Sousa, torna-se necessário que a Instituição garanta o atendimento e a prestação dos serviços bancários a toda a comunidade acadêmica. Nesse sentido, a infraestrutura estimada para tal prestação de serviços segue conforme Tabela disposta junto ao item 6.2.6. Ficando autorizada a substituição integral das unidades físicas, segundo flexibilização enunciada no item 6.3.

9.1.7. A instituição financeira contratada, autorizada pelo Banco Central do Brasil, em caráter de exclusividade, irá operar os serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes do pagamento aos Servidores ativos, Fornecedores, Credores, Favorecidos, Prestadores de Serviços, Auxílios, Benefícios e Assemelhados, Transferências de Recursos Financeiros Intrabancárias e Interbancárias, PIX, independente da titularidade, bem como das Obrigações Fiscais, sendo todas despesas da Universidade realizadas através do SIAF.

9.1.8. O serviço abrangerá a centralização e processamento de 100% (cem por cento) dos pagamentos realizados aos CREDORES da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para movimentação de recursos em outras instituições.

9.1.9. Os fornecedores não serão obrigados a abrir conta corrente no Banco vencedor do respectivo lote.

9.1.10. A instituição financeira contratada poderá ofertar crédito consignado aos servidores, sem exclusividade, durante toda a vigência contratual.

9.1.11. A instituição financeira a ser contratada não cobrará tarifas para: TED; DOC; PIX; compensação de cheques; manutenção de contas; emissão de talão de cheques e formulários de cheques; abertura e movimentação de contas de projetos de pesquisa e extensão, de suprimento de fundos e de alunos; dentre outras despesas bancárias que comumente são cobradas pela Instituição Financeira pela prestação de seus serviços.

9.1.12. A transmissão de dados entre a UEPB e os Bancos será realizada via sistema web e por meio de submissão de arquivos de formato de texto (importação/exportação), extraídos do SIAF.

9.1.13. A Instituição Bancária, em caso de viabilidade técnica, deverá permitir o cadastro e a gestão eficiente de contas bancárias de outras instituições financeiras, vinculadas a processos de cumprimento de decisões judiciais, especialmente relacionadas ao pagamento de pensão

alimentícia. Esse recurso visa garantir o correto direcionamento dos valores, a rastreabilidade das operações e a conformidade legal no atendimento dessas demandas.

## 9.2. REQUISITOS DE CONFORMIDADE NORMATIVA E INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA

9.2.1. A instituição financeira contratada deverá observar rigorosamente as normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e demais normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de pessoal e demais assuntos pertinentes a este contrato de gerenciamento de pagamentos através do sistema SIAF.

9.2.2. A contratada deverá garantir integração plena dos seus sistemas bancários com o SIAF e com os sistemas administrativos e financeiros do Governo Estadual, permitindo troca de dados ágil, segura e eficiente.

9.2.3. A UEPB e a Instituição Financeira deverão comprometer-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para fiel cumprimento das obrigações, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento, inclusive, a Contratada deverá ajustar-se ao Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAF/PB e ao Sistema da Folha de Pagamento, gerenciados pela CODATA.

9.2.4. As regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços serão objeto de ajustes entre as partes, inclusive quanto ao prazo para sua realização.

9.2.5. Os sistemas porventura necessários deverão ser acessados por meio de linha dedicada, Internet ou Extranet. Além disso, os computadores e usuários envolvidos deverão ter suas identidades verificadas por meio de certificados digitais e as informações em trânsito deverão ser criptografadas.

9.2.6. O banco a ser contratado deverá proceder, sem ônus para o Contratante, todas as adaptações e integrações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento dos Sistemas de Pagamentos de Pessoal da Contratante, Financeiro, Orçamentário, Tributário e de Pessoal, disponibilizados pela CODATA ou por outra Pessoa Jurídica indicada pelo Governo do Estado.

9.2.7. A instituição financeira deverá promover capacitação inicial e contínua aos usuários da UEPB que irão operacionalizar os sistemas envolvidos na prestação dos serviços, além de suporte técnico durante toda a vigência contratual.

9.2.8. Deverá ser previsto um treinamento geral para os usuários, com carga horária mínima de 2h, a ser promovido em local e com infraestrutura providos pelo banco, em que os usuários poderão simular na prática a utilização dos sistemas.

9.2.9. A Contratante poderá solicitar novos treinamentos para grupos menores de usuários, presenciais, nas dependências da UEPB, sempre que entenda necessário ao bom funcionamento das atividades dos seus órgãos.

9.2.10. Os bancos deverão prover suporte telefônico aos usuários dos sistemas, com custo máximo de ligação local para a UEPB, bem como suporte em canais digitais para solução de problemas e retirada de dúvidas.

9.2.11. Não será admitida a subcontratação do objeto lícito.

## 9.3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

9.3.1. A instituição deverá adotar práticas alinhadas aos princípios de responsabilidade socioambiental e de governança (ESG).

9.3.2. Priorizar processos digitais, reduzindo significativamente o uso de papel e incentivando práticas sustentáveis.

9.3.3. Implementar soluções que contribuam para a redução do consumo de energia, sempre que possível, priorizando fontes renováveis nas agências e postos de atendimento.

9.3.4. Redução da emissão de poluentes, com a disponibilização de canais digitais robustos que minimizem a necessidade de deslocamento de servidores e usuários.

## 10 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 10.1. DESCRIÇÃO DA DINÂMICA DO CONTRATO

A execução do contrato se dará mediante a prestação, pela instituição financeira contratada, dos seguintes serviços:

10.1.1. Pagamento de salários, proventos, remunerações, diárias, abrangendo os servidores ativos atuais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e os admitidos durante o prazo de execução do contrato, bem como pagamento de bolsas/auxílios aos discentes;

10.1.2. Realização do pagamento a fornecedores de bens, serviços e insumos contratados pela UEPB;

10.1.3. Gerenciamento da movimentação de contas e aplicações financeiras, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF);

10.1.4. Pagamento de boletos bancários, pagamentos de DARF, pagamento de duplicatas, pagamentos por Pix, recebimentos por Pix, transferências entre contas de titularidade da UEPB.

### 10.2. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

10.2.1. O início da execução contratual será imediatamente após a conclusão do processo licitatório e das etapas necessárias para a efetiva prestação do serviço da instituição contratada, devendo ser o mais rápido possível, considerando o encerramento do atual Contrato nº0001/2021 vigente com o Banco Santander em 10/02/2026 e tendo em vista a licitação anterior aberta com o presente objeto ter sido concluído como deserta.

### 10.3. CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO

A execução do contrato será contínua e ininterrupta, durante o período de 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato e do início efetivo da prestação dos serviços, sem prorrogação.

ETAPAS	PRAZOS
Início da execução	Imediato após assinatura
Fase de Transição/Preparativo	Até 90 (noventa) dias
Vigência Contratual	Durante os 5 (cinco) anos (sem prorrogação)

\* A fase de **Transição/Preparativo** dura até 90 dias, ocorre após a assinatura e é **anterior e distinta** do prazo de vigência contratual.

### 10.4. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DO CONTRATANTE

O horário de funcionamento administrativo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) é de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, em dias úteis. Contudo, a prestação dos serviços bancários



pela instituição contratada deverá ocorrer de forma ininterrupta, com acesso 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por meio de plataformas eletrônicas, garantindo assim a continuidade das operações financeiras e a integração com o SIAF.

#### 10.5. LOCALIDADE DA EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser prestados de forma presencial e/ou digital (canais digitais e suporte técnico), com acesso às plataformas e sistemas da instituição financeira. Assim, considerando a atuação da UEPB, não somente na cidade de Campina Grande (sede), mas também nos municípios de Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Araruna, Patos e Souza, torna-se necessário que a Instituição se faça presente com agências próprias nas cidades ou caixas de atendimento eletrônico ou ainda por meio de canais digitais que garantam o atendimento à comunidade acadêmica. Dessa forma, flexibiliza-se a obrigatoriedade de estrutura física, admitindo soluções tecnológicas substitutivas.

#### 10.6. DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS/ROTINAS DE EXECUÇÃO DO TRABALHO A SEREM EXECUTADAS

A execução dos serviços envolverá as seguintes rotinas:

10.6.1. Abertura e manutenção de contas bancárias para servidores, fornecedores e discentes, conforme necessidade da UEPB.

10.6.2. Processamento e efetivação dos pagamentos de salários, proventos e remunerações aos servidores e bolsas/auxílios para discentes, bem como pagamento aos fornecedores, por meio de integração direta com o Sistema SIAF.

10.6.3. Emissão de extratos, relatórios gerenciais e conciliações bancárias, conforme necessidades da UEPB.

10.6.4. Gerenciamento de aplicações financeiras, conforme orientações da administração da UEPB e em conformidade com as normativas legais.

10.6.5. Atendimento técnico e suporte operacional, para resolver eventuais inconsistências ou falhas no processamento dos pagamentos ou movimentações financeiras.

10.6.6. Prestação de atendimento presencial e/ou digital à comunidade acadêmica, incluindo servidores, discentes e fornecedores, garantindo a ampla acessibilidade aos serviços bancários contratados. Esse atendimento poderá ser realizado por meio de agências físicas, correspondentes bancários, postos de atendimento e canais digitais, assegurando eficiência, comodidade e segurança na interação com os usuários da UEPB.

10.6.7. Implementação de medidas rigorosas de segurança da informação e proteção de dados, em conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações processadas.

#### 10.7. TECNOLOGIAS, METODOLOGIAS E PROCEDIMENTOS A SEREM EMPREGADOS

10.7.1. O sistema de gestão bancária e financeira a ser utilizado pela contratada deverá ser totalmente compatível com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF), possibilitando a execução eficiente e segura das operações financeiras da UEPB. A prestação dos serviços deverá incluir a disponibilização de plataformas eletrônicas de autoatendimento, que permitam a emissão de relatórios gerenciais e operacionais pela contratante, conforme sua necessidade.

10.7.2. A contratada deverá adotar rigorosos procedimentos de criptografia e segurança da informação, assegurando a integridade, confidencialidade e autenticidade de todas as operações realizadas. Devendo implementar metodologias de suporte técnico remoto, com a disponibilização de canais de atendimento dedicados à UEPB, visando garantir o pleno funcionamento dos



sistemas e o pronto atendimento de eventuais demandas.

## 10.8. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

### 10.8.1. Da responsabilidade do Contratante (UEPB):

- I Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- II Fornecer dados e informações necessárias à abertura de contas e processamento de pagamentos;
- III Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- IV Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

### 10.8.2. Da responsabilidade da Contratada (instituição financeira)

- I Prestar os serviços financeiros com eficiência, segurança e continuidade;
- II Executar os serviços com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- III Integrar-se ao SIAF e adaptar sistemas conforme exigências técnicas;
- IV Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;
- V Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- VI Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço;
- VII Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração Pública;
- VIII Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- IX Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- X Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XI Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XII Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como, as normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de salários;
- XIII Manter atendimento especializado presencial e/ou digital;
- XIV Fornecer suporte técnico às atividades objeto do presente contrato, com pessoal de seus quadros, devidamente qualificado;
- XV Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao Contratante de maneira competitiva no mercado;
- XVI Proceder, sem ônus para o Contratante, todas as adaptações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento do Sistema de Pagamento de Pessoal da UEPB e do sistema SIAF, bem como qualquer outro que, porventura, seja exigido pela legislação em vigor;
- XVII Manter o histórico dos pagamentos de pessoal pelo período de vigência do contrato e fornecer as informações, quando solicitadas, no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, para pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido;



XVIII Manter, durante a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão, em compatibilidade com as obrigações assumidas, informando ao Contratante a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação.

## **11 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

Para assegurar a adequada implementação e execução do contrato a ser firmado com instituição financeira, a UEPB tomará as seguintes providências:

### **11.1. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA**

11.1.1. Disponibilizar o sistema de folha de pagamento da instituição para possibilitar a integração eletrônica com os sistemas da instituição financeira contratada.

11.1.2. Definir e disponibilizar layout de arquivos, APIs ou outros meios de comunicação eletrônica para transmissão de dados da folha de pagamento.

11.1.3. Assegurar a segurança da informação, observando as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), bem como normas internas de proteção de dados e acesso aos sistemas.

11.1.4. Garantir infraestrutura de rede e conectividade necessária para transmissão segura dos arquivos e informações financeiras.

### **11.2. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E MATERIAIS NECESSÁRIOS**

11.2.1. Disponibilizar à instituição financeira contratada as informações necessárias para implantação do serviço, tais como:

- I Cadastro de servidores;
- II Estrutura remuneratória;
- III Dados cadastrais e funcionais necessários à abertura de contas, quando aplicável.

11.2.2. Estabelecer procedimentos administrativos para envio do arquivo da folha de pagamento antes do processamento bancário.

11.2.3. Disponibilizar eventuais documentos, normas internas e fluxos administrativos relacionados à gestão da folha.

### **11.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA DO CONTRATO**

11.3.1. Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual.

11.3.2. Definir fluxos internos de comunicação entre o setor de recursos humanos, setor financeiro, setor de tecnologia da informação e a instituição financeira.

### **11.4. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS**

11.4.1. Definir cronograma de implantação da operacionalização da folha junto à instituição financeira.

11.4.2. Realizar reuniões técnicas de alinhamento e planejamento com a instituição contratada



para definição de procedimentos operacionais.

11.4.3. Estabelecer rotinas de validação, conferência e autorização de pagamentos.

#### 11.5. LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES E EXIGÊNCIAS LEGAIS

11.5.1. Exigir que a instituição financeira contratada comprove sua regularidade perante o Sistema Financeiro Nacional, incluindo autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil.

11.5.2. Assegurar que todas as atividades decorrentes da execução contratual observem a legislação aplicável, normas do sistema financeiro e demais exigências legais e infralegais pertinentes.

#### 11.6. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

11.6.1. Promover comunicação aos servidores da instituição acerca da instituição financeira vencedora e dos procedimentos para abertura de contas, portabilidade ou outras que se fizerem necessárias.

11.6.2. Divulgar orientações sobre canais de atendimento e serviços disponibilizados pela instituição contratada.

### 12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Autorizar, após prévia análise da UEPB, utilização de espaço em imóveis ou virtuais, para campanhas, eventos e divulgação de produtos;

12.3. Repassar ao Banco, no dia útil imediatamente anterior à data de liberação do pagamento, o valor total da folha do mês para que se proceda ao depósito nas contas dos beneficiários;

12.4. Comunicar ao Banco, assim que disponível a informação de afastamento e/ou morte de seus beneficiários;

12.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.7. Manter atualizadas, perante o Banco, as informações constantes dos dados cadastrais (endereço, dados bancários etc.) dos beneficiários, relativas ao pagamento da folha salarial;

12.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos, funcionários ou responsáveis indicados pela contratada.

#### 12.9. DAS TARIFAS E OUTROS CUSTOS INERENTES AOS SERVIÇOS BANCÁRIOS PRESTADOS À CONTRATANTE

12.9.1. A contratante tem ciência que haverá custos sobre os serviços bancários contratados, no

entanto aqueles serão de responsabilidade da contratada, de modo que, nenhum pagamento será realizado pela contratante acerca da prestação dos referidos serviços objeto desta licitação.

### **13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;
- 13.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 13.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual;
- 13.5. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 13.6. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.7. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.9. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- 13.10. Efetuar pontualmente os pagamentos devidos à contratante nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 13.11. Estabelecer que os beneficiários da UEPB serão clientes preferenciais da instituição bancária a quem for adjudicada à contratação em tela, sujeitos às regras sobre tarifas bancárias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;
- 13.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.13. Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como, as normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de salários;
- 13.14. Fornecer suporte técnico às atividades objeto do presente contrato, com pessoal de seus quadros, devidamente qualificado;
- 13.15. Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao Contratante de maneira competitiva no mercado;
- 13.16. Proceder, sem ônus para a Contratante, todas as adaptações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento do Sistema de Pagamento de Pessoal da



13.17. Manter, durante a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, em compatibilidade com as obrigações assumidas, informando ao Contratante a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação.

#### 13.18. DAS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA

13.18.1. A instituição financeira contratada poderá ofertar crédito consignado aos servidores, sem exclusividade, durante toda a vigência contratual.

### 14 - VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O prazo de vigência da Contratação será de 5 (cinco) anos, sem prorrogação, e se iniciará:

14.1.1. Em até 90 (noventa) dias da assinatura do Contrato, coincidindo com o término do prazo máximo estabelecido para o período de Transição/Preparativo (item 14.2).

14.2. A Transição/Preparativo para a implantação do Sistema de Pagamentos da UEPB se iniciará na data da assinatura do Contrato e terá a duração máxima de 90 (noventa) dias corridos. Esta fase de Transição/Preparativo é anterior e distinta do prazo de vigência contratual, disposto no item 14.1.

14.3. Caso o Sistema de Pagamento a ser implantado pela Instituição Bancária contratada não seja efetivado no prazo estabelecido no item 14.2, a instituição financeira contratada procederá o pagamento da folha de pagamento da Universidade Estadual da Paraíba com depósitos nas contas atuais dos servidores, sem prejuízos para a contratante nem aos servidores.

14.4. Na hipótese de ocorrer fato relevante, na forma prevista em lei, que implique no atraso do início da execução dos serviços, poderá ser ajustado o prazo constante do item 14.1, visando garantir o total de 5 (cinco) anos de prestação dos serviços.

### 15 - QUALIFICAÇÃO

15.1. Devido a sua relevância, a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência demanda garantias que assegurem a regular prestação dos serviços dentro do prazo de vigência contratual, com a finalidade de assegurar a comprovação de hígidez financeira da instituição bancária escolhida, bem como sua regularidade fiscal e tributária, sendo necessário portanto a apresentação de todos os atos constitutivos, autorizações de funcionamento por órgão de controle como também documentos comprobatórios de regularidade perante os órgãos de fiscalização e controle.

15.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

15.3. Quanto aos requisitos de habilitação, propriamente ditos, serão considerados:

#### 15.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Documento de comprovação de existência jurídica: ato constitutivo, estatuto ou contrato



social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo eventual da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

b) Autorização para funcionamento expedida pelo BACEN– Banco Central do Brasil.

#### *15.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:*

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### *15.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:*

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) A comprovação de boa situação financeira da empresa será avaliada através do índice de que mede a solvência dos bancos, de acordo com as normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, denominado Índice de Basileia, devendo ser comprovado o índice mínimo de 11%, de acordo com a seguinte fórmula, preferencialmente, com memória de cálculo apresentada pelo licitante:

$$IB = PR \times 100 / (PRE / \text{fator } F)$$

Onde:

IB = Índice de Basileia ou Índice de Adequação de Capital;

PR = Patrimônio de Referência;

PRE = Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,11

b.1) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor ou outro meio previsto.

c) Comprovação de que o participante do certame não está submetido a processo, intervenção, liquidação ou suspensão pelo Banco Central do Brasil ou por outros órgãos públicos de fiscalização.

#### *15.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:*

a) Comprovante de Aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a.1.1. As empresas participantes deverão apresentar atestados de serviços prestados, seja no âmbito público ou privado, que represente o quantitativo mínimo de 30% do item correspondente em que for disputar.

a.2. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 30% dos quantitativos licitados.

a.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

a.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

b) Conforme previsão expressa no decorrer do item 15 deste Termo de Referência, o licitante deverá apresentar as documentações necessárias.

## **16 - SISTEMA DE INFORMÁTICA**

16.1. A transmissão de dados entre a Universidade Estadual da Paraíba e o Banco será realizada via sistema web e por meio de submissão de arquivo de formato de texto (importação/exportação).

16.2. O Banco contratado deve se comprometer a manter, nas suas agências, postos de serviços e/ou canais digitais, pessoal treinado e habilitado para lidar com as operações, indicando ao menos um responsável local por cada agência e/ou posto de serviço (estimados) e um gestor para esses sistemas com poderes idôneos de direção e supervisão, para fins de contato e comunicação diretos com os órgãos competentes do UEPB;

- 16.3. Os sistemas porventura necessários deverão ser acessados por meio de linha dedicada, Internet ou Extranet. Além disso as informações em trânsito deverão ser criptografadas;
- 16.4. O banco deverá proceder, sem ônus para o Contratante, todas as adaptações e integrações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento dos Sistemas de Pagamentos de Pessoal do Estado, Financeiro, Orçamentário e Tributário;
- 16.5. O banco deverá prover capacitação dos usuários da UEPB que operacionalizarão os sistemas envolvidos na prestação dos serviços deste Termo de Referência, sendo previsto pelo menos um treinamento geral para os usuários, com carga mínima de 04 horas, a ser promovido pelo banco, em que os usuários poderão simular na prática a utilização dos sistemas;
- 16.6. A Contratante poderá solicitar novos treinamentos para grupos menores de usuários, presenciais, nas dependências do Universidade Estadual da Paraíba, sempre que entenda necessário ao bom funcionamento das atividades dos seus órgãos;
- 16.7. Os bancos deverão prover suporte telefônico aos usuários dos sistemas, com custo máximo de ligação local para a Universidade Estadual da Paraíba, para solução de problemas e retirada de dúvidas.
- 16.8. O banco deverá prestar suporte técnico e operacional necessário à implantação e atendimento, inclusive com equipe própria, ao contratante, bem como aos usuários dos serviços bancários previstos neste Termo.

## **17 - DO VALOR MÍNIMO DA CONTRATAÇÃO**

- 17.1. O valor mínimo para contratação no pregão eletrônico é de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**.
- 17.2. O preço ou lance mínimo, bem como o valores estimados da contratação, se referem aos valores a serem auferidos pela UEPB, enquanto concedente do direito de operacionalização da folha de pagamento.

## **18 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO**

- 18.1. A instituição financeira vencedora **NÃO RECEBERÁ** qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos;
- 18.2. O critério de julgamento para a presente contratação será o de **MAIOR OFERTA**, não obstante a ausência de expressa previsão legal, a adoção do critério "maior preço" já foi admitida pelo Tribunal de Contas da União para a específica hipótese da contratação dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento dos servidores. Nesse sentido, confira-se o Acórdão 1940/2015-Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, Data da Sessão: 05/08/2015;
- 18.2.1. Sendo o critério de julgamento adotado como **MAIOR OFERTA**, o mesmo corresponde ao maior valor de contrapartida a ser pago pela instituição financeira à Administração, nos termos do Edital.
- 18.2.2. Considerando que o sistema eletrônico *Compras.gov* não dispõe de funcionalidade específica para operacionalização do critério "maior oferta", a disputa será realizada mediante a utilização da funcionalidade "**MAIOR DESCONTO**", adotada exclusivamente como ferramenta operacional para viabilizar a etapa de lances.
- 18.2.3. O percentual de "desconto" informado pelos licitantes no sistema eletrônico não representa redução de valores, constituindo, na prática, um **acréscimo sobre o valor mínimo**

**estabelecido**, sendo utilizado apenas como parâmetro de classificação automática no sistema.

18.3. Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais;

18.4. O percentual de “desconto” ofertado será convertido no valor da contrapartida, conforme a fórmula a seguir:

$$C = 3.000.000,00 \times (1 + P/100)$$

Onde:

**C** = valor total da contrapartida (global – 5 anos);

**P** = percentual informado pelo licitante no sistema;

**3.000.000,00** = valor de referência.

18.5. A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame a tabela a seguir retrata qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático (exemplificativo) de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante:

Percentual informado no sistema (“desconto”)	Valor do percentual convertido em R\$	Valor global da contrapartida – 5 anos (R\$)	Interpretação
0,01%	300,00	3.000.300,00	Oferta mínima
0,10%	3.000,00	3.003.000,00	Oferta
1,00%	30.000,00	3.030.000,00	Oferta
2,00%	60.000,00	3.060.000,00	Maior oferta

18.6. O percentual mínimo de lance a ser incluído junto a plataforma do sistema eletrônico *Compras.gov* deverá ser de 0,01% (um centésimo de por cento).

18.7. O valor efetivo da proposta corresponderá ao montante global da contrapartida, a ser pago em parcela única pela instituição financeira vencedora, sendo este o valor considerado para fins de julgamento, adjudicação e contratação.

18.8. Em caso de divergência entre os valores apresentados no sistema eletrônico e aqueles apurados conforme a metodologia estabelecida em Edital, prevalecerá o valor da contrapartida calculado nos termos da fórmula constante deste instrumento convocatório, sendo este o valor considerado para fins de julgamento, adjudicação, homologação e contratação.

18.9. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo de por cento).

18.10. Sugere-se para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

## **19 - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR HOMOLOGADO NA LICITAÇÃO**

19.1. O pagamento do valor homologado na licitação deve ser efetuado em parcela única, na conta corrente de nº 25.487-8, agência 0063-9, do Banco do Brasil, devendo o comprovante ser entregue à Universidade Estadual da Paraíba no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato;

19.2. Em caso de atraso no pagamento, o Contratado deverá pagar multa prevista no subitem 23.2, “f” deste Termo de Referência, bem como efetuar o pagamento do valor reajustado, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE;

19.3. Em caso de não pagamento em até 30 (trinta) dias do prazo previsto no subitem 19.1, a contratada ficará sujeita às demais penalidades previstas neste termo de referência, e o contrato será rescindido unilateralmente, sendo convocado a assumir o objeto da presente licitação o licitante classificado em posição imediatamente posterior ao vencedor original do certame.

## 20 - INFORMAÇÕES GERAIS PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

20.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos.

20.2. Para o dimensionamento das propostas, deverão ser observados as seguintes informações:

1) A tabela destacada abaixo é uma estimativa elaborada a partir de dados extraídos do perfil da instituição em *Fevereiro de 2026*, refletindo o nível de complexidade e o volume das operações financeiras a serem processadas pela instituição financeira contratada, podendo sofrer variações conforme a necessidade administrativa e legal.

Descrição	Quantidade estimada
Servidores ativos da UEPB em fevereiro/2026	2157 (docentes e técnicos efetivos/comissionados/cedidos/prestadores de serviço: professores substitutos e técnicos)
Fornecedores regulares cadastrados	180 (entre pessoas jurídicas e físicas)
Transações financeiras mensais previstas	3891 (entre TED, DOC, cheque, pagamento de boletos e PIX)
Contas e aplicações financeiras sob gestão	182 contas bancárias abertas, das quais 54 possuem aplicações financeiras

\*Ressalta-se que a Folha de Pagamento concentra a maior parte das transações financeiras da instituição. Os recursos oriundos do duodécimo que não são destinados ao pagamento da folha de pessoal são utilizados para custear despesas com fornecedores de bens, serviços e insumos. Assim, a folha de pagamento de pessoal representa aproximadamente 95% do total, enquanto os pagamentos a fornecedores representam cerca de 5%. Destaca-se, ainda, que tais valores podem variar de acordo com a Lei Orçamentária Anual e com os montantes repassados à instituição a título de duodécimo. Dessa forma, considerando a baixa representatividade desses pagamentos em relação ao volume financeiro da folha, justifica-se a ausência de estimativa específica junto ao presente documento.

2) O serviço deverá ser prestado com infraestrutura física conforme estimado na tabela a seguir e/ou infraestrutura digital (internet banking, aplicativos e plataformas online):

Município	Agência Bancária e/ou Posto de Atendimento Bancário (PAB)	Posto de Atendimento Eletrônico (PAE) e/ou Correspondente Bancário	Total
Campina Grande	2		2
Lagoa Seca		1	1
Guarabira	1		1

Catolé do Rocha		1	1
João Pessoa	2		2
Monteiro		1	1
Patos	1		1
Araruna		1	1
Sousa		1	1
TOTAL			11

3) TABELA PIRÂMIDE SALARIAL VALOR BRUTO *FEVEREIRO 2026*

FAIXA	EFETIVOS	CEDIDOS	COMISSIONADOS	TEMPORÁRIOS	TOTAL
ATÉ 2.999,00	3	4	101	126	<b>234</b>
3.000,00 ATÉ 9.000,00	297	5	19	340	<b>661</b>
9.000,00 ATÉ 20.000,00	747	0	0	6	<b>753</b>
20.000,00	509	0	0	0	<b>509</b>
TOTAL DE SERVIDORES					<b>2157<sup>1</sup></b>

4) TABELA VALOR LÍQUIDO POR FAIXA SALARIAL *FEVEREIRO 2026*

FAIXA	QUANTIDADE DE SERVIDORES
ATÉ 1.500,00	25
1.500,00 ATÉ 3.000,00	235
3.000,00 ATÉ 5.000,00	526
5.000,00 ATÉ 15.000,00	1371
TOTAL DE SERVIDORES	<b>2157<sup>2</sup></b>

**21 - ADEQUAÇÃO FINANCEIRA-ORÇAMENTÁRIA DA PROPOSTA**

A folha de pagamento, por meio da qual se efetiva a remuneração dos servidores públicos ativos, além de outros serviços similares, constitui-se em subproduto da atividade de gestão da Administração Pública, cujo valor pode ser aferível monetariamente e transformado em receita à UEPB. Desta forma, a terceirização da gestão financeira da folha de pagamentos de pessoal, é

<sup>1</sup> Nesse quantitativo de servidores foi levado em consideração os servidores ATIVOS constantes em folha no mês de Fevereiro/2026. Tal quantitativo pode variar de acordo com o mês, considerando os servidores cedidos, os que ingressam em licença sem vencimentos, vacância, afastamento por saúde, licença maternidade, etc e por conseguinte, tornam-se inativos na Folha de Pagamento. Incluídos nesse quantitativo estão também os servidores efetivos cedidos para outros órgãos mas que recebem remuneração por meio da Folha de Pagamento da UEPB.

<sup>2</sup> Nesse quantitativo de servidores foi levado em consideração os servidores ATIVOS constantes em folha no mês de Fevereiro/2026. Tal quantitativo pode variar de acordo com o mês, considerando os servidores cedidos, os que ingressam em licença sem vencimentos, vacância, afastamento por saúde, licença maternidade, etc e por conseguinte, tornam-se inativos na Folha de Pagamento. Incluídos nesse quantitativo estão também os servidores efetivos cedidos para outros órgãos mas que recebem remuneração por meio da Folha de Pagamento da UEPB.



uma oportunidade para auferir recursos próprios, podendo, assim, aplicá-los na melhoria das atividades meio e fim desta IES - Instituição de Ensino Superior.

Logo, não há previsão orçamentária na LOA de 2026 da despesa pública, tendo em vista que não haverá dispêndio referente a esse gerenciamento, já que a UEPB não pagará pela prestação deste serviço à Instituição Financeira ganhadora do certame. Pelo contrário, a UEPB receberá desta Instituição recursos financeiros para que ela tenha o gerenciamento de sua folha de pagamento, uma vez que as vantagens indiretas, obtidas por esta instituição financeira, na exploração econômica da folha de pagamento dos servidores públicos da UEPB, superam os respectivos custos operacionais de seu gerenciamento, realizando pagamento a UEPB para obtenção desse negócio jurídico.

Assim, será transferida a um particular a gestão financeira, em caráter exclusivo, da remuneração de servidores, mediante a contrapartida de pagamento pecuniário pela instituição financeira vencedora da licitação, sendo esta classificada como receita pública.

## **22 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

22.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 117 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021; bem como, em observância ao Decreto Estadual 43.975/2023, do Estado da Paraíba, que dispõe sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos;

22.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

22.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

22.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei 14.133/2021;

22.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei 14.133/2021;

22.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 da Lei 14.133/2021;

22.7. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

22.7.1. O Contratante acompanhará e fiscalizará a execução do objeto do contrato, na observância das regras contidas no edital e anexo, além da aplicabilidade da legislação específica para o serviço objeto da licitação, e notificará o Contratado sobre as ocorrências que exijam medidas corretivas, quando se fizer necessário, cabendo ao Contratado a sua imediata correção, sem prejuízo das sanções aplicáveis pelo Contratante;

22.7.2. A fiscalização do contrato não implica corresponsabilidade do Contratante, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade do Contratado na execução do objeto contratado, inclusive por danos que possam ser causados à Administração ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo do Contratado na execução do contrato.

22.8. No tocante ao critério de medição, propriamente dito, vale ressaltar que em virtude da natureza e da forma como se dará a contratação, e tendo em vista que a UEPB, no escopo deste processo, que será a parte remunerada, tal critério não se aplica.

22.9. A fiscalização que trata deste item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133/2021.

### **23 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. Com fundamento no artigo 155 da Lei 14.133/2021, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento exigido para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no edital e no contrato e demais cominações legais.

23.2. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes termos:

a) pelo atraso na prestação do serviço executado, em relação ao prazo estipulado, de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor homologado, por dia decorrido, até o limite de 5% (cinco por cento);

b) pela recusa em executar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de até 10% (dez por cento) do valor homologado;

c) pela demora em corrigir falha na prestação do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (três décimos por cento) de 1/60 do valor homologado, por dia decorrido;

d) pela recusa em corrigir as falhas na prestação do serviço, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) de 1/60 do valor homologado;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 14.133/2021, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) de 1/60 do valor homologado, para cada evento;

f) pelo atraso no pagamento previsto no subitem 19.1 e 19.2 deste Termo de Referência, de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor homologado ao dia, limitado a 10% (cinco por cento).

23.3. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, o contratado cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

23.4. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo;

23.5. O recolhimento da multa será feito através de depósito em conta corrente informada pela Universidade Estadual da Paraíba, devendo o comprovante da transação ser a ela entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente e

incidência da cláusula 23.2;

23.6. O recolhimento da(s) multa(s) não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas com incidência da cláusula 23.2.

## **24 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior da Universidade Estadual da Paraíba, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

24.2. Quando a decisão do Pregoeiro depender de análise e estudos técnicos para os quais não tenha conhecimento, poderá recorrer aos pareceres técnicos das áreas e órgãos da Universidade Estadual da Paraíba, para orientar sua decisão;

24.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado,

pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, ouvida a Procuradoria Geral da Universidade Estadual da Paraíba, ficando, em qualquer caso, assegurado o contraditório e a ampla defesa prévia às licitantes;

24.4. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. Universidade Estadual da Paraíba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento licitatório;

24.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do procedimento licitatório na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro;

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Universidade Estadual da Paraíba;

24.7. É proibida a veiculação de publicidade acerca da presente contratação, salvo se houver prévia autorização da Universidade Estadual da Paraíba;

24.8. A ausência de comunicação por parte da Universidade Estadual da Paraíba, referente a irregularidades ou falhas, não exime a licitante contratada das responsabilidades determinadas no Edital;

24.9. As questões decorrentes da execução do Edital e seus Anexos, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, foro da Comarca de Campina Grande.

24.10. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Campina Grande, 25 de Maio de 2026.

**25 - RESPONSÁVEIS**



Documento assinado digitalmente

**JOSENILDO MARIA DE LIMA**

Data: 25/05/2026 09:51:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Josenildo Maria de Lima**

Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Matrícula nº 101.801-9

Aprovo:



Documento assinado digitalmente

**IVAN BARBOSA DOS SANTOS**

Data: 25/05/2026 09:35:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Ivan Barbosa dos Santos**

Pró-Reitor Adjunto de Gestão Administrativa (PROAD)

Mat. 102.845-4

CONTRATO N. XXXX/2026

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 55000.001077.2026-36

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA  
PARAÍBA (UEPB) E A EMPRESA XXXXXXXX.

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB**, autarquia estadual, com sede na Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, CEP 58.429-500, na cidade de Campina Grande/PB, inscrita no CNPJ sob o nº **12.671.814/0001-37**, neste ato representada pela Reitora **Profª. Drª CÉLIA REGINA DINIZ**, nomeada pelo Ato Governamental no 2.936, de 12 de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 13 de novembro de 2024 (Edição no 18.229), portadora da Matrícula Funcional no 122.514-6, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que constam nos Processos nº **55000.001077.2026-36** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 015/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art.92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, COM EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES ATIVOS, BEM COMO PARA PAGAMENTO DOS FORNECEDORES DE BENS, SERVIÇOS E INSUMOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, ABRANGENDO A CENTRALIZAÇÃO E O PROCESSAMENTO DE 100% (CEM POR CENTO) DOS PAGAMENTOS REALIZADOS AOS CREDORES DA INSTITUIÇÃO, ALÉM DA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, EXCETUANDO-SE OS CASOS EM QUE HAJA PREVISÃO LEGAL, CONTRATUAL OU JUDICIAL PARA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB, nas condições estabelecidas no termo de referência.**



1.2. Objeto da

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR
1	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, COM EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES ATIVOS, BEM COMO PARA PAGAMENTO DOS FORNECEDORES DE BENS, SERVIÇOS E INSUMOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, ABRANGENDO A CENTRALIZAÇÃO E O PROCESSAMENTO DE 100% (CEM POR CENTO) DOS PAGAMENTOS REALIZADOS AOS CREDORES DA INSTITUIÇÃO, ALÉM DA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, EXCETUANDO-SE OS CASOS EM QUE HAJA PREVISÃO LEGAL, CONTRATUAL OU JUDICIAL PARA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB.	01	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução do contrato é empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

2.1 - Os serviços serão executados conforme discriminado no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO**

3.1 O preço global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_) a ser pago pela contratada a contratante, pelo direito a execução dos serviços discriminados neste contrato administrativo, no edital do certame que o concebe e de seus respectivos anexos os quais, independente de transcrição, integram este instrumento contratual.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

4.1. Considerando que não haverá despesa para UEPB por tratar-se de contrato de receita, faz-se desnecessária a informação de dotação orçamentária.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO (art.92, V e VI)**

5.1. O pagamento do valor homologado na licitação deve ser efetuado em parcela única, na conta corrente de nº 25.487-8, agência 0063-9, do Banco do Brasil, devendo o comprovante ser entregue à Universidade Estadual da Paraíba no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato;

5.2 Em caso de atraso no pagamento, o Contratado deverá pagar multa prevista no subitem 23.2, “f” do Termo de Referência, bem como efetuar o pagamento do valor reajustado, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE ;

5.3 Em caso de não pagamento em até 30 (trinta) dias do prazo previsto no subitem 5.1, a contratada ficará sujeita às demais penalidades previstas no termo de referência, e o contrato será rescindido unilateralmente, sendo convocado a assumir o objeto da presente licitação o licitante classificado em posição imediatamente posterior ao vencedor original do certame.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS (art. 92, V)**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis

## **CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

7.1. O prazo de vigência da Contratação será de 5 (cinco) anos, sem prorrogação, e se iniciará:

7.1.1. Em até 90 (noventa) dias da assinatura do Contrato, coincidindo com o término do prazo máximo estabelecido para o período de Transição/Preparativo (item 7.2).



7.2. A Transição/Preparativo para a implantação do Sistema de Pagamentos da UEPB se iniciará na data da assinatura do Contrato e terá a duração máxima de 90 (noventa) dias corridos. Esta fase de Transição/Preparativo é anterior e distinta do prazo de vigência contratual, disposto no item 7.1.

7.3. Caso o Sistema de Pagamento a ser implantado pela Instituição Bancária contratada não seja efetivado no prazo estabelecido no item 7.2, a instituição financeira contratada procederá o pagamento da folha de pagamento da Universidade Estadual da Paraíba com depósitos nas contas atuais dos servidores, sem prejuízos para a contratante nem aos servidores.

7.4. Na hipótese de ocorrer fato relevante, na forma prevista em lei, que implique no atraso do início da execução dos serviços, poderá ser ajustado o prazo constante do item 7.1, visando garantir o total de 5 (cinco) anos de prestação dos serviços.

#### **CLÁUSULA OITAVA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

8.1 De acordo com o Art. 156 da Lei 14.133/21 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita as seguintes sanções:

8.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

8.1.2. Multa moratória de até 1 % (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;

8.1.3. Multa compensatória de até 10 % (dez) por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;

8.1.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

8.1.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UEPB, pelo prazo de até dois anos;

8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e o consequente descredenciamento do Registro Cadastral do Estado, pelo prazo de até cinco anos;

8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

8.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

8.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.4 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.5. As penalidades previstas nos subitens 8.1.5 a 8.1.7. Importarão na inclusão da contratada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba-CAFIL/PB.

#### **CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art.92, X, XI e XIV)**

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.3. Autorizar, após prévia análise da UEPB, utilização de espaço em imóveis ou virtuais, para campanhas, eventos e divulgação de produtos;

9.4. Repassar ao Banco, no dia útil imediatamente anterior à data de liberação do pagamento, o valor total da folha do mês para que se proceda ao depósito nas contas dos beneficiários;

9.5. Comunicar ao Banco, assim que disponível a informação de afastamento e/ou morte de seus beneficiários;

9.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.8. Manter atualizadas, perante o Banco, as informações constantes dos dados cadastrais (endereço, dados bancários etc.) dos beneficiários, relativas ao pagamento da folha salarial;

9.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos, funcionários ou responsáveis indicados pela contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

10.1 - Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

10.2 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;

10.3 - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual;

10.5 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.6 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.7 - Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.8 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.9 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 2 (dois) dias úteis;

10.10- Efetuar pontualmente os pagamentos devidos à contratante nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;



10.11- Estabelecer que os beneficiários da UEPB serão clientes preferenciais da instituição bancária a quem for adjudicada à contratação em tela, sujeitos às regras sobre tarifas bancárias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

10.12- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13- Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como, as normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de salários;

10.14- Fornecer suporte técnico às atividades objeto do presente contrato, com pessoal de seus quadros, devidamente qualificado;

10.15- Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao Contratante de maneira competitiva no mercado;

10.16- Proceder, sem ônus para a Contratante, todas as adaptações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento do Sistema de Pagamento de Pessoal da Universidade Estadual da Paraíba.

10.17- Manter, durante a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, em compatibilidade com as obrigações assumidas, informando ao Contratante a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação;

10.18. Assegurar atendimento prioritário aos servidores da UEPB, na forma do subitem 6.4 do Termo de Referência, e disponibilizar, no período de credenciamento, atendimento mediante agendamento prévio, disponibilizados pela Contratada de forma presencial e/ou através de atendimento on-line.

10.19. Manter canais de atendimento, com possibilidade de flexibilização para modelos digitais, desde que assegurada a plena operabilidade e suporte aos usuários.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art.131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art.136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO (art. 92, §1º)

15.1. Fica eleito o Foro da comarca de Campina Grande/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. CÉLIA REGINA DINIZ**

REITORA UEPB  
MATRÍCULA Nº 122.514-6

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

---

CPF:

RG:

---

CPF:

RG: